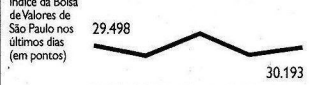


BOLSAS	BOVESPA	A-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na segunda (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na segunda	segunda-feira (em R\$)	Turismo, venda (em R\$) na segunda	Na BM&F o grama (em R\$)	Prefeito, 30 dias (em % ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
 +2,99 São Paulo	 29.498 30.193	US\$ 1,0335 (▲ 0,58%)	2,252 (▼ 0,53%)	2,836 (▼ 0,001%)	R\$ 33,600 (▼ 2,74%)	18,75	Maio/2005 0,49 Junho/2005 -0,02 Julho/2005 0,25 Agosto/2005 0,17 Setembro/2005 0,35
 +0,36 Nova York			Últimas cotações (em R\$) 24/outubro 2,26 25/outubro 2,26 26/outubro 2,27 27/outubro 2,29 28/outubro 2,26				

CONTAS PÚBLICAS

Três meses antes do previsto, superávit primário do governo alcança R\$ 86,5 bilhões e supera em R\$ 3,7 bilhões a meta prevista para o ano. Dinheiro será usado no pagamento de credores da União

Dívida Pública

ARROCHO sem precedentes

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

O forte aperto promovido pelo Banco Central nas taxas de juros está exigindo uma economia descomunal do governo para pagar os credores da dívida pública — a maioria, formada por investidores da classe média, que têm recursos aplicados nos fundos de renda fixa. Entre janeiro e setembro deste ano, União, estados e municípios registraram superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os encargos da dívida) de R\$ 86,502 bilhões. O arrocho tem sido tão forte que o resultado já supera em R\$ 3,752 bilhões a meta prevista para todo o ano, de R\$ 82,750 bilhões. Ou seja, três meses antes do previsto, o governo já cumpriu com folga o que havia programado para economizar ao longo de 2005.

Analisado isoladamente, o superávit primário chega a impressionar, sobretudo por equivaler a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas pelo país, e de estar muito além da meta de 4,25% definida pela equipe econômica para este ano. O problema é que, ao ser confrontado com a conta de juros, que sugou R\$ 120,149 bilhões dos cofres públicos ou 8,47% do PIB nos nove primeiros meses do ano, o superávit recorde foi insuficiente para atender à gula dos financiadores do governo. Nos cálculos finais, o setor público contabilizou rombo de R\$ 33,647 bilhões, chamado pelos economistas de déficit nominal. As despesas com juros da dívida entre janeiro e setembro deste ano foram as maiores da história para o período.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, a situação não tende a mudar pelo menos até o final de novembro, quando o aumento dos juros promovidos pelo Banco Central entre setembro de 2004 e maio deste ano ainda vai ter impacto nas contas públicas. Para mostrar o peso dos juros, ele afirmou que, no acumulado dos nove primeiros meses do ano passado, a taxa básica (Selic) variou 11,78%. Em igual período de 2005, a Selic bateu em 14,12%. A cada ponto percentual de aumento da Selic, a dívida pública cresce 0,32 ponto percentual do PIB, o correspondente a R\$ 6,2 bilhões num espaço de 12 meses.

Temores

Na opinião de Altamir, o superávit primário extra do governo será importante para compensar os resultados de novembro e dezembro, meses em que, normalmente, as despesas superam as receitas, por causa do pagamento do 13º salário e da antecipação de férias do funcionalismo público. "Fizemos uma poupança saudável, que nos dá tranquilidade para o cumprimento das metas. E não vamos gastar à vontade. Esse é um termo que não se usa em governo que tratam a coisa pública com seriedade",

CONTA AMARGA

É cada vez maior o esforço fiscal que o governo vem fazendo para compensar o aumento da taxa básica e evitar a explosão da dívida pública

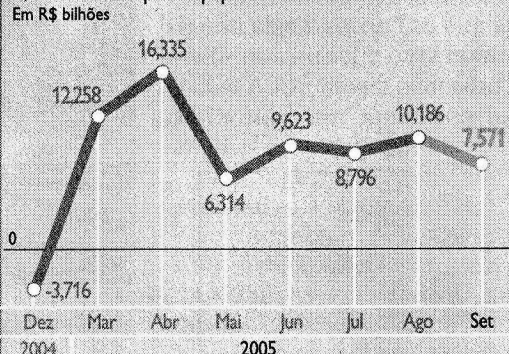


Fonte: Banco Central

Arte: Gabriel Góes/Anderson Araújo

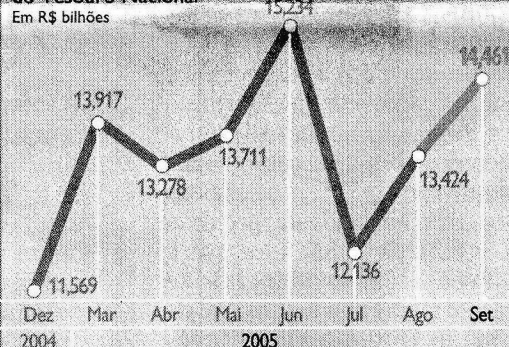
Superávit primário

A economia do setor público em 12 meses está em 6,1% do PIB, bem acima da meta de 4,25% definida pela equipe econômica



Gastos com juros

O aumento da taxa Selic a partir de setembro do ano passado tem impactado cada vez mais os cofres do Tesouro Nacional



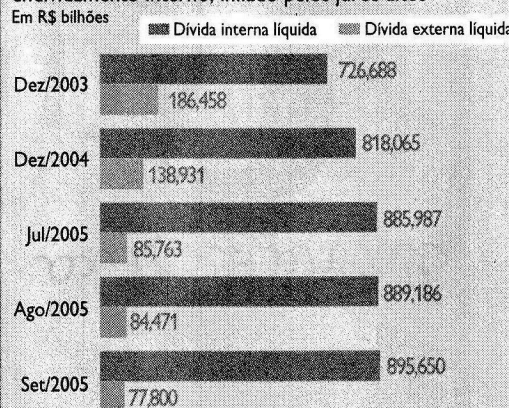
Déficit nominal

O ajuste fiscal do governo é visível, mas o superávit primário não está sendo suficiente para pagar os juros da dívida. Todos os meses faltam recursos



OS DOIS LADOS DA MOEDA

Governo está trocando endividamento externo, que vem caindo por causa do dólar em baixo, por endividamento interno, inflado pelos juros altos



disse. O economista-chefe do Banco Crédit Lyonnais, Dalton Gardiman, endossou o discurso. Mas, a seu ver, é preciso destacar o fato de economia tão expressiva de recursos não estar sendo suficiente para derrubar, com maior rapidez, a relação entre a dívida pública e o PIB.

Em setembro, a dívida líquida do setor público ficou em R\$ 973,450 bilhões, R\$ 208 milhões abaixo do valor registrado em agosto. Frente ao PIB, o endividamento caiu, na mesma comparação, de 51,8% para 51,4%. Esse recuo, porém, só aconteceu por causa da queda de 5,99% do dólar, que provocou

um encolhimento de R\$ 7 bilhões na parcela da dívida atrelada ao câmbio. Não fosse essa ajuda, o saldo final do endividamento seria de alta, apesar do superávit recorde, incentivando a desconfiança do mercado na capacidade do governo de honrar seus compromissos. "O ideal seria que a relação entre a dívida e o PIB caísse. Mas diante do impacto dos juros altos, é até animador que o indicador não esteja piorando", acrescentou o economista-chefe da Gap Asset Management, Alexandre Maia.

No entender de Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor da Dívida Pública do BC, é

fundamental que os juros mantenham a trajetória de baixa, mesmo que gradualmente, para que o ajuste das contas públicas se torne mais consistente. Nos dois últimos meses, a Selic caiu 0,75 ponto percentual e a perspectiva do mercado é que dois novos cortes venham a ser feitos em novembro e em dezembro, cada um de 0,5 ponto. "Não é o ideal, mas é um indicador importante de que o custo da dívida vai diminuir", afirmou Thadeu, ressaltando que, no ano que vem, a relação entre a dívida e o PIB ainda será favorecida pelo maior crescimento do PIB — algo como 4%.

Em meio aos números divulgados ontem pelo BC, Thadeu chamou a atenção para a troca de endividamento feita pelo governo. Nos 12 meses terminados em setembro último, a dívida interna cresceu R\$ 111,7 bilhões. Já o endividamento externo, em igual período, encolheu R\$ 56 bilhões. "É fundamental que o país reduza os débitos em dólar, para se tornar menos vulnerável a crises externas. Mas o problema é que a dívida interna está aumentando a um custo muito elevado. Essa é uma das razões de a conta de juros já ter passado de 8% do PIB neste ano", destacou.